

<http://dx.doi.org/10.21714/19-82-25372017v11n3p6885>

Análise do Financiamento do Capital de Giro de Micro e Pequenas Empresas de Ituiutaba-MG

Alef Marcos Rosa Pimenta

Universidade Federal de Uberlândia

alef_marcos@hotmail.com

Dany Rogers Silva

Universidade Federal de Uberlândia

danyrogersufu@gmail.com

recebido em 13 de março de 2017
aprovado em 30 de agosto de 2017

Resumo: Considerado de grande relevância, a maneira como o capital de giro é gerido exerce grande influência na saúde financeira das organizações, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte. Com foco especial no financiamento desse capital, o estudo busca analisar os financiamentos das necessidades de capital de giro oriundas de fontes externas das micro e pequenas empresas (MPE's) de Ituiutaba-MG. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma pesquisa de campo com a aplicação de questionários em 120 MPE's de Ituiutaba-MG, representando essa amostra uma parte considerável de todas as MPE's do município. Os resultados demonstraram que 63,3% das empresas analisadas estavam utilizando ou já tinham utilizado algum tipo de crédito externo para o financiamento das suas necessidades de capital de giro. Dessas empresas, 94,7% afirmaram que o principal tipo de crédito utilizado foi a compra a prazo de fornecedores. Além desses resultados, outro resultado importante foi que o prazo do empréstimo (96,1%), a taxa de juros (94,7%), os limites de créditos disponíveis (46,1%) e a burocracia (44,7%) foram considerados como os principais fatores quando da tomada de decisão do financiamento de capital de giro.

Palavras-chave: Micro e Pequenas Empresas. Capital de Giro. Financiamento Externo.

1 Introdução

Quanto às micro e pequenas empresas é necessário, para um melhor gerenciamento, que os administradores realizem a adequada gestão do seu capital de giro. Considera-se que uma adequada gestão possui a finalidade de garantir, no curto prazo, a capacidade de liquidez necessária para o financiamento de suas demandas do ciclo operacional dos negócios, o que se torna fundamental para a sobrevivência e crescimento das MPE's.

Vale destacar que, segundo Jordão (2012), existe dificuldade de as MPE's em atingir uma gestão eficiente do capital de giro, uma vez que são firmas consideradas pelos investidores e financiadores como de alto risco. Isso se deve principalmente pela suscetibilidade das fricções do mercado que, no caso de economias emergentes como a brasileira, é mais acentuada, dificultando assim o financiamento externo, que se torna mais difícil e oneroso.



A dificuldade de acesso ao crédito (4,9%) juntamente com a falta da gestão do capital de giro (31,4%) e a recessão econômica do país (17%), apresentados em um estudo de Santini *et al.* (2015), foram considerados pelos micro e pequenos empresários como as principais causas que levam à mortalidade de suas empresas.

Dados da pesquisa Sobrevivência das Empresas no Brasil (SEBRAE, 2016), referentes à empresas com até dois anos de sobrevivência constituídas a partir de 2012, demonstraram que as empresas de pequeno porte (EPP) apresentaram uma taxa de mortalidade de 2% e as microempresas (ME) uma taxa de mortalidade de 45%, sendo estas consideradas o grupo de empresas com maior fechamento de negócios. Nesse sentido, esse cenário acaba representando uma preocupação considerável não só para o setor, mas para toda a economia, uma vez que segundo Carmo *et al.* (2013) esse contexto de mortalidade contribui consideravelmente com a diminuição dos investimentos, da arrecadação tributária, com o aumento do desemprego e, conseqüentemente, com a redução do desenvolvimento da produção interna do país e declínio da economia.

Diante do contexto exposto, verifica-se que as MPE's necessitam de um melhor apoio na gestão de suas atividades relacionadas ao capital de giro. E nessa perspectiva, o respectivo estudo objetiva analisar os financiamentos das necessidades de capital de giro oriundos de fontes externas das MPE's de Ituiutaba-MG.

Concomitantemente ao estudo buscar-se-á responderas seguintes questões: o gestor de uma MPE adota técnicas de gestão de capital de giro? Quais fatores são considerados pelo gestor de uma MPE quando da tomada de decisão sobre o financiamento externo das suas necessidades de capital de giro? As percepções desse gestor em relação aos propósitos do financiamento captado foram atendidas?

Segundo Silva (2012), existem diversos estudos que comprovam a representatividade socioeconômica das MPE's dentro da economia local e nacional, tanto na capacidade de empregabilidade quanto na participação efetiva da composição do Produto Interno Bruto (PIB). Alguns desses estudos referem-se aos resultados do levantamento feito pelo SEBRAE (2017), com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, que apontou que tais empresas representaram 52% dos postos de trabalho formais no Brasil no ano de 2016; e aos resultados da pesquisa da Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira que informou uma participação de 27% das MPE's na formação do PIB (SEBRAE, 2014). Ainda referente a essa representatividade, os dados consolidados de 2016 da Plataforma Empresômetro MPE demonstraram também que elas representavam 93,2% do total de empresas ativas no Brasil, correspondendo a mais de 15 milhões de estabelecimentos no país.

Nesse sentido, levando em consideração a importância das MPE's e a sua insatisfação devido à dificuldade de obtenção de crédito e insuficiência de capital de giro, o estudo proposto procurou oferecer aos pesquisadores, gestores, provedores de capital e demais interessados esclarecimentos no que tange à tomada das decisões relacionadas a esse financiamento das necessidades de capital de giro, assim como entender a relevância que a gestão do capital de giro representa para a sobrevivência dessas organizações, apresentando conceitos, técnicas e resultados que possibilitam melhores tomadas de decisões e o aprimoramento da gestão.

O estudo do financiamento das necessidades de capital de giro torna-se ainda mais relevante tendo em vista que as MPE's são empresas que geralmente apresentam um elevado crescimento em sua fase inicial e normalmente não utilizam ferramentas de gestão nem de recursos financeiros para apoiar tal desenvolvimento (MACHADO, MACHADO, CALLADO, 2006).

Além dessa introdução, o estudo está estruturado com a apresentação da teoria referente aos assuntos abordados e que fundamentam os objetivos da pesquisa em sua segunda seção. Na terceira seção tem-se a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

Por fim, a apresentação e análise dos resultados encontrados juntamente com a conclusão referente à obtenção das respostas às perguntas do questionário e ao objetivo do estudo.

2 Referencial Teórico

2.1 Gestão do Capital de Giro

Na discussão referente à gestão do capital de giro é preciso considerar a origem dos estudos que, de acordo com Palombini (2010), datam do início da década de 1920. Este assunto ganhou destaque após o surgimento de processos relacionados ao planejamento financeiro devido à preocupação de empresas com sua movimentação de dinheiro de curto prazo.

Na transição dos anos de 1920 para 1969, Palombini (2010) retratou que foi basicamente um período em que houve uma maior disseminação dos estudos sobre finanças e desenvolvimento em pesquisas operacionais, bem como uma maior aceitação dos indicadores financeiros, sendo que o capital de giro fora investigado pelos índices de liquidez seca e corrente, giro de contas do ativo circulante e, principalmente, pelas contas de estoques e contas a receber.

Keynes (1964), um dos mais importantes pesquisadores da área de Economia, também contribuiu para o surgimento das discussões referentes à gestão do capital de giro no momento em que proporcionou uma atenção maior aos papéis adotados pela liquidez no andamento da economia, pois procurou identificar quais as razões de se manter reservas de caixa. Essas razões apontadas por Keynes são as seguintes:

- 1- Motivo Transação: caracterizado pela necessidade de a empresa manter um nível de recursos em caixa para cumprimento de suas obrigações normais e certas.
- 2- Motivo Precaução: necessidade de a empresa obter um nível de recursos em caixa para operações extraordinárias não planejadas e não previstas.
- 3- Motivo Especulação: manter dinheiro em caixa para aproveitar oportunidades de possíveis aplicações e investimentos atraentes para a empresa.

Em meados da década de 1970, os estudos sobre a gestão do capital de giro se intensificaram consideravelmente no Brasil através de uma parceria conjunta entre a fundação Dom Cabral e o *Centre d'Enseignement Supérieur des Affaires*, liderada pelo professor Michel Fleuriet, o que resultou na criação de um modelo dinâmico de análise do capital de giro (PALOMBINI, 2010; SATO, 2007). Segundo Fleurit *et al.* (2003), o objetivo principal desse modelo foi verificar, através da análise dos dados dos demonstrativos contábeis, o investimento em administração do capital de giro.

Autores como Matias (2007), Silva (2006) e Assaf Neto (2008) corroboram pensamentos semelhantes no que tange aos objetivos do gerenciamento do capital de giro e defendem que a finalidade desse gerenciamento se baseia principalmente na identificação de um balanceamento entre a rentabilidade e a liquidez da empresa de forma a gerar maior valor para a organização.

Souza (2007) contribuiu ao apontar que manter uma necessidade de capital de giro por um longo período pode fazer com que a empresa não tenha capacidade de cumprir com suas obrigações e, conseqüentemente, levá-la à falência. Para ele, algumas situações intensificam esse processo como, por exemplo: (a) a ineficiência de um planejamento na negociação de prazos de pagamentos; (b) maior concessão de prazos nas vendas para a conquista de mercado; (c) a utilização excessiva de capital de terceiros devido ao elevado custo; (d) a ausência de estoque ocasionando perda de venda; (e) baixo lucro líquido em relação aos altos custos do dinheiro de terceiros.

Estudo realizado por Ferreira *et al.* (2011) teve como objetivo principal verificar a relevância do capital de giro na administração de empresas de pequeno porte (EPP) e

identificou como principal resultado que é de suma importância a gestão das suas contas de curto prazo. O estudo defendeu ainda que se deve ter uma relação direta com a gestão estratégica da organização para que a empresa consiga definir estratégias eficientes que resolvam consideravelmente o problema da sua gestão do capital de giro.

Ferreira *et al.* (2011) destacaram ainda que há algumas ações que devem ser praticadas, pois evitam a insuficiência do capital de giro nas EPPs e podem levar o empreendimento a ter condições de maior controle do seu capital de giro, a saber:

- a) O controle da inadimplência;
- b) O não financiamento do capital de giro a qualquer custo;
- c) A procura por estender os prazos de pagamento de seu endividamento; e
- d) A redução de custos e encurtamento do ciclo operacional.

2.2 Necessidade e Financiamento de Capital de Giro

O termo necessidade de capital de giro foi introduzido no Brasil em meados de 1980 por Michel Fleuriet. Para que se possa analisar mais objetivamente o que vem a ser necessidade de capital de giro, é importante o desmembramento das contas circulantes em dois principais grupos: (a) ativo circulante operacional e financeiro; e (b) passivo circulante operacional e financeiro (GIMENES; GIMENES, 2006).

Nesse sentido, a identificação das contas relacionadas a essas classificações torna-se importante uma vez que permite um melhor entendimento sobre as suas distinções. Esses grupos de contas são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Contas do ativo e passivo circulante operacional e financeiro

ATIVO	PASSIVO
CONTAS DE ORDEM MONETÁRIA	CONTAS DE ORDEM MONETÁRIA
Caixa	Empréstimos de curto prazo
Bancos	
Aplicações Financeiras	
CONTAS OPERACIONAIS	CONTAS OPERACIONAIS
Contas a receber	Fornecedores
Estoques	Salários a pagar
Despesas antecipadas	Encargos a pagar
Outros Valores a Rec.	Impostos e Taxas

Fonte: Adaptado de Fleuriet, Kehdy e Blanc (2003)

Com enfoque nas contas circulantes operacionais, mais conhecidas como ciclo operacional, Seidel e Kume (2003) afirmaram que a necessidade de capital de giro é calculada pela diferença entre os ativos circulantes operacionais e os passivos circulantes operacionais. Assim, quando a empresa apresenta um ativo circulante operacional maior que o passivo circulante operacional caracteriza-se uma incapacidade de a empresa transformar seus ativos operacionais em caixa, impossibilitando assim o cumprimento das suas obrigações. Já no que tange ao ciclo financeiro, a necessidade de capital de giro corresponde basicamente à falta do valor monetário necessário para garantir a continuidade das principais operações de uma empresa (PRETTO, 2013).

No que tange ao financiamento dessas necessidades de capital de giro das MPE's, Michaelas *et al.* (1998) afirmaram que os fatores comportamentais dos gestores são determinantes na decisão do financiamento a ser decidido. Eles apresentaram um modelo que se baseia em três vertentes: (1) fatores psicológicos, ligados à experiência e propensão ao risco; (2) fatores internos da organização, como maturidade da empresa e relacionamento com clientes e fornecedores; (3) fatores externos, como aspectos econômicos, políticos e sociais.

Rocha (2008) e Assaf Neto (2008) afirmam que esse financiamento se dá exclusiva e principalmente por duas formas: capital externo, correspondente ao capital de terceiros, que são os recursos contidos nas contas do exigível de curto e longo prazo; e capital interno, referente essencialmente ao capital próprio, correspondente ao patrimônio líquido da organização, dado principalmente pela retenção de lucros e ganhos de capital.

Contudo, Machado, Machado e Callado (2006) abordaram que apesar da existência dessas modalidades de financiamento é necessário também um equilíbrio na utilização de tais fontes de forma que não prejudiquem a estrutura financeira da organização. Assim, esses autores verificaram como as MPE's de João Pessoa no estado da Paraíba financiaram suas necessidades de capital de giro e eles obtiveram como resultado que a maioria das empresas analisadas foi incapaz de se autofinanciar, utilizando-se de capital de terceiros correntes, geralmente de custos mais elevados, tornando-se empresas dependentes de empréstimos bancários correntes para financiar a continuidade de suas operações.

Trindade *et al.* (2010) abordam a relação entre o financiamento das necessidades de capital de giro e a gestão do capital de giro para a manutenção das atividades das MPE's. No estudo de caso foi verificada a relação de duas empresas de portes distintos, uma microempresa e outra de pequeno porte. Sua finalidade foi identificar as fontes, os fluxos dos recursos e os principais problemas encontrados na gestão do capital de giro. De acordo com os dados da pesquisa, os autores verificaram que, mesmo as empresas sendo de portes diferentes, há semelhanças no modo de gestão de seus capitais de giro. As duas empresas apresentaram como principais problemas para o nível desse tipo de capital a inadimplência e o descumprimento de prazos de pagamento e recebimento, recomposto através de busca de capital de terceiros pelas duas empresas analisadas.

Gimenes e Gimenes (2004), com o objetivo de analisar o processo de financiamento das necessidades de capital de giro, analisando cooperativas do estado do Paraná que utilizaram também o modelo dinâmico de Fleuriet, relataram uma elevada proporção de capital de terceiros, principalmente de curto prazo, dentro de suas estruturas de capitais. Isso proporcionou um desequilíbrio financeiro em algumas cooperativas devido à incapacidade de cumprir com suas obrigações financeiras, comprometendo, dessa forma, o retorno esperado pelos investimentos do capital investido.

Nessa mesma linha, Oliveira *et al.* (2009) realizaram um estudo cujo objetivo foi verificar como as MPE's da região de João Monlevade no estado de Minas Gerais superaram, dentro da sua realidade individual, a necessidade de capital de giro. Quando questionados sobre a possibilidade de existir necessidade de financiamento do capital de giro junto às instituições financeiras, 81,2% dos empresários pesquisados relataram nunca terem necessitado de contratar tal tipo de crédito. No entanto, 18,8% afirmaram que caso precisassem adquirir empréstimos e financiamentos não o fariam, pois acreditavam que as altas taxas de juros, a política econômica do governo e o elevado índice de exigência e burocracia na aquisição de financiamento do capital de giro prejudicariam seus negócios. Os empresários também foram questionados em relação à principal fonte de financiamento do seu capital de giro: 88,2% dos respondentes afirmaram utilizar recursos próprios; 11,8% afirmaram utilizar recursos de terceiros.

E em decorrência da análise do financiamento das necessidades do capital de giro abordado no presente estudo, é relevante também identificar os principais fatores que devem ser levados em consideração no momento de uma decisão de financiamento externo, que de acordo com Rocha (2008), Nascimento (2010), Jordão (2012) e SEBRAE (2014) são os fatores descritos no Quadro 2.

Portanto, conforme apontado na teoria e nos estudos apresentados nesta seção, há uma grande dificuldade das MPE's no que tange à gestão do capital de giro, pois são empresas que,

devido aos problemas de incapacidade administrativa, sofrem relativamente com a falta do capital de giro e com as dificuldades de financiamento de suas necessidades.

Quadro 2: Fatores considerados na decisão de financiamento externo

Fatores	Descrição	Autor
Prazo do empréstimo realizado	Tempo estabelecido de duração do empréstimo.	Rocha (2008), Nascimento (2010), Jordão (2012) e SEBRAE (2014)
Garantias exigidas pelas instituições financeiras	Refere-se à apresentação por parte dos clientes de garantias reais, caracterizadas principalmente, por exemplo, por hipotecas de imóveis e penhoras.	Rocha (2008), Nascimento (2010), Jordão (2012) e SEBRAE (2014)
Taxas de juros aplicadas	Encargos cobrados que remuneram proprietários do empréstimo. Podem ser fixados até o fim do prazo do empréstimo ou ser indexados a alguma taxa de referência.	Rocha (2008), Nascimento (2010), Jordão (2012) e SEBRAE (2014)
Burocracia	Procedimentos e/ou documentos necessários para regularização do empréstimo.	Rocha (2008), Nascimento (2010), Jordão (2012) e SEBRAE (2014)
Limite de crédito disponível	Valor limite que o proprietário do capital está disposto a oferecer.	Rocha (2008), Nascimento (2010), Jordão (2012) e SEBRAE (2014)
Carência	Período de tempo, no qual não há pagamento de reembolso sobre o empréstimo, somente de encargos. Corresponde ao prazo que se inicia no momento de aquisição do empréstimo até o início dos reembolsos.	Rocha (2008)
Possibilidade de dedução fiscal	Diminuição do pagamento do imposto de renda.	Jordão (2012)
Nível de endividamento	Quantidade de dívidas dentro da estrutura de capital da empresa.	Jordão (2012)
Possibilidade de aumentar as vendas	Capacidade de esforços da empresa para prospecção de maiores vendas.	Jordão (2012)
Rentabilidade atual da empresa	Percentual de remuneração dos investimentos da empresa.	Jordão (2012)
Poder de negociação com o concedente	Capacidade de negociação com o fornecedor do capital emprestado.	Jordão (2012)
Recessão da Economia	Retração/contração da atividade econômica de determinada localidade.	Jordão (2012)
Limite pré-aprovado no banco	Limite de crédito disponível a qualquer momento para o cliente sem burocracia.	Nascimento (2010) e Jordão (2012).
Relacionamento com o banco	Corresponde às relações pessoais ou profissionais, positivas ou negativas, com o banco.	Nascimento (2010) e Jordão (2012).
Atendimento especializado na agência	Refere-se ao diferencial apresentado pelo banco no momento do atendimento ao cliente.	Nascimento (2010) e Jordão (2012).
Relacionamento com os fornecedores	Corresponde às relações pessoais ou profissionais, positivas ou negativas, com os fornecedores.	Nascimento (2010) e Jordão (2012).

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Rocha (2008), Nascimento (2010), Jordão (2012) e SEBRAE (2014).

3 Procedimentos Metodológicos.

O presente estudo envolve as MPE's de Ituiutaba-MG e suas tomadas de decisões sobre o financiamento externo de suas necessidades de capital de giro. Para isso, estruturou-se um questionário, o principal procedimento técnico utilizado. Conforme pode-se observar no Anexo 1, as oito primeiras questões do instrumento de pesquisa abordaram aspectos mais gerais da empresa e dos empresários com a finalidade de identificar o seu perfil. A partir da nona questão foram incluídas questões referentes ao objetivo do estudo, que é analisar os financiamentos das necessidades de capital de giro oriundos de fontes externas das MPE's de Ituiutaba-MG.

Na elaboração das questões referentes à idade do proprietário do estabelecimento (Questão 1) e o seu grau de instrução (Questão 3), foram consultados os grupos de idades nos dados do último censo do IBGE (2010). De acordo com a análise das classes e subclasses da versão 2.2 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE, 2015) e da adoção de algumas alterações conforme as necessidades do trabalho, foram possíveis determinar o ramo principal de atividade das empresas pesquisadas.

As MPE's da amostra analisada foram delimitadas através dessa classificação de ramo de atividade econômica (CNAE). Para atendimento dos objetivos do estudo, foram consideradas apenas as empresas não financeiras dos ramos de atividade do comércio e de serviços. E para a classificação do porte da empresa em relação aos parâmetros de quantidade de funcionários e faturamento bruto mensal para a escolha das MPE's, foi utilizada a classificação do SEBRAE, como segue no Quadro 3. Assim, as empresas que não atendiam esses critérios não foram analisadas no estudo em questão.

Quadro 3 – Classificação das micro e pequenas empresas

Porte da empresa	Número funcionários	Faturamento máximo/ano
Microempresa (Indústria e Construção)	Até 19	R\$ 360.000,00
Microempresa (Comércio e Serviços)	Até 09	R\$ 360.000,00
Pequena Empresa (Indústria e Construção)	20 a 99	R\$ 3.600.000,00
Pequena Empresa (Comércio e Serviços)	10 a 49	R\$ 3.600.000,00

Fonte: SEBRAE (2013)

Referente às demais questões do instrumento de pesquisa, a sua elaboração levou em consideração as necessidades de informações precisas sobre a gestão e o financiamento das necessidades de capital de giro identificadas no processo de planejamento e elaboração do questionário, e conforme estudos anteriores realizados e apresentados no referencial teórico desta pesquisa.

Vale destacar ainda que a aplicação completa do questionário só foi realizada caso a empresa já tivesse utilizado ou estava utilizando no momento da pesquisa financiamento externo para as suas necessidades de capital de giro. Caso contrário, após as questões de análise do perfil das empresas e dos empresários (Questão 1 a 9), realizou-se uma única questão (a Questão 15 do presente estudo) com a finalidade de identificar os motivos que justificavam a não utilização de capital externo para financiamento das necessidades de capital de giro.

Com a finalidade de coletar informações decisivas e confiáveis, os questionários foram aplicados a um número significativo de MPE's de Ituiutaba-MG. Para isso, foi necessária a realização de uma pesquisa para identificar a quantidade de MPE's existentes no município. Essa pesquisa foi realizada na base de dados dos principais órgãos de registro de empresas da cidade, que é a Câmara de Dirigentes Lojistas de Ituiutaba (CDL) e a Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba (ACII). A partir desses levantamentos foi determinada uma amostra de 120 empresas representativas da população em geral. É relevante ressaltar que esses órgãos não possuem um cadastro completo de todas as MPE's da cidade, pois existe uma parcela das empresas que não é filiada a eles, embora possuem a grande maioria dos cadastros das MPEs do município.

Por fim, na análise dos dados, após a organização das informações coletadas a partir da aplicação dos questionários, foram realizadas tabulações no programa estatístico SPSS, no qual foi possível o desenvolvimento de tabelas e/ou gráficos que permitiram a análise dos

resultados. Vale ressaltar que anteriormente à aplicação final dos questionários, realizou-se um pré-teste com a aplicação de quinze questionários e correção das alterações necessárias.

Para as tabulações dos dados encontrados foi utilizado o *software* estatístico SPSS, onde foram realizadas as análises descritivas necessárias para obter os resultados pretendidos no estudo. Dessa forma, por meio dessas análises descritivas buscou-se descrever o perfil e as características da empresa e dos seus gestores, bem como verificar também o objetivo do estudo referente à análise do financiamento das necessidades do capital de giro.

A Figura 1 descreve um fluxo com as principais etapas propostas para os procedimentos metodológicos do estudo em questão.

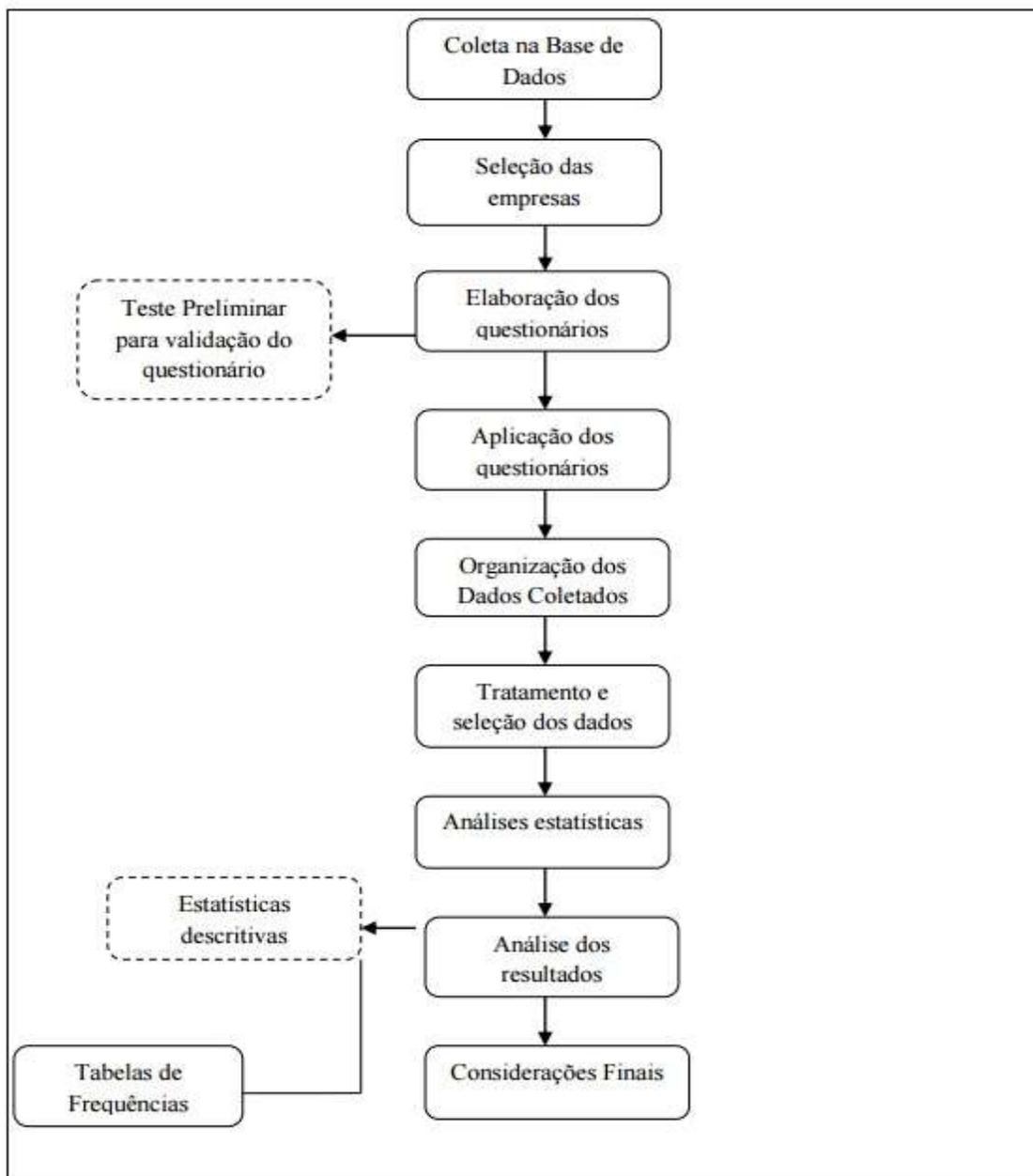


Figura 1 – Fluxograma com as principais etapas de desenvolvimento da pesquisa

Fonte: elaborado pelos autores.



4 Resultados

4.1 Da caracterização da amostra

Conforme análise realizada do perfil dos 120 micro e pequenos empresários pesquisados, pôde-se identificar que grande parte possuía idade entre 40 e 49 anos, correspondendo a aproximadamente 71% do total das empresas da amostra.

Foi possível verificar que os respondentes que apresentaram idade entre 35 a 39 anos corresponderam a 10,8% do total das empresas da amostra e este foi o mesmo percentual dos respondentes que possuíam idade entre 50 e 54 anos. Já os respondentes com idade de 60 anos ou mais representaram a menor porcentagem das empresas pesquisadas na amostra, com apenas 0,8%.

Em relação ao sexo do dono do estabelecimento, identificou-se na análise dos dados uma predominância de 66,7% do sexo masculino, o que corresponde ao total de 80 empresários. As mulheres representaram 33,3% do total de empresários analisados.

Referente à análise dos dados sobre o grau de escolaridade dos micro e pequenos empresários, pôde-se observar que a maioria dos empresários analisados possuía ensino médio ou técnico completo, representando 55% da amostra, seguido pelo ensino superior, correspondendo a 37,5%.

Quanto ao ramo de atividade principal da empresa, foi possível verificar que a maioria das empresas possui como ramo principal o comércio varejista, representando 34,2% da amostra. Com percentuais consideravelmente menores têm-se o ramo de alimentação (10%), de construção (7,5%), de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (5,8%), de eletricidade e gás (3,3%), de informação e comunicação (2,5%) e o de saúde humana e serviços sociais (1,7%). Outras atividades de serviço representaram uma porcentagem também significativa (35%), sendo estas caracterizadas principalmente por empresas do ramo de beleza, higiene pessoal e vestuário.

No que diz respeito ao tempo de atividade da empresa, identificou-se que dentre as 120 empresas pesquisadas, 115 atuam no mercado a mais de cinco anos, o que correspondeu a 95,8% do total das empresas analisadas. Com porcentagem menos significativa de 4,2%, têm-se as empresas que atuam no mercado de quatro a cinco anos.

Correspondente aos dados sobre o número de funcionários verificou-se que a maioria das empresas pesquisadas possuía de 5 a 19 funcionários, o que corresponde a um percentual de 82,5%. Ademais, havia 10% de empresas com 20 a 49 funcionários e 7,5% com 1 a 4 funcionários. De acordo com os critérios de classificação de porte das MPE's adotados no estudo em questão, pôde-se identificar que 45% da amostra pode ser classificada como microempresa (de 1 a 9 funcionários) e 55% como pequenas empresas (de 10 a 49 funcionários).

Sobre os resultados correspondentes ao faturamento bruto mensal das empresas pesquisadas, identificou-se uma predominância de empresas que faturaram mensalmente entre R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), representando 63,3% do total. As empresas que faturaram entre R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) representaram 35,8% do total das empresas analisadas, e somente 0,8% (uma empresa) possuía faturamento inferior ou igual a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Tais resultados permitem identificar a classificação de porte das empresas da amostra e demonstram que 36,6% das empresas podem ser caracterizadas como microempresas por possuírem um faturamento mensal de até no máximo R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). E as pequenas empresas representaram 63,3% do total, caracterizadas pelo faturamento mensal superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e inferior ou igual a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

4.2 Da análise da gestão do capital de giro

A princípio, foi analisada a frequência de utilização pelos micro e pequenos empresários das técnicas de gestão do capital de giro, pois dessa forma seria possível identificar se as empresas pesquisadas adotaram tais técnicas.

O estudo demonstrou que uma expressiva maioria utilizou constantemente as técnicas de gestão do capital de giro elencadas no estudo. Conforme Tabela 1, 99,1% das MPE's afirmaram que utilizaram muito frequentemente ou frequente a técnica de gestão dos prazos de pagamentos, seguida pela gestão do caixa (96,6%), esforços para redução dos custos das operações (94,2%), gestão dos prazos de recebimentos de vendas a prazo (94,1%) e controle da inadimplência (80,8%).

Tabela 1 – Frequência de utilização pelos micro e pequenos empresários das técnicas de gestão do capital de giro

Descrição da técnica de gestão	Muito frequente	Frequente	Nem frequente, nem infrequente	Pouco infrequente	Infrequente	Total
Gestão dos prazos de pagamentos	55,8%	43,4%	0,8%	-	-	100%
Gestão do caixa	55,8%	40,8%	-	3,4%	-	100%
Esforços para redução dos custos das operações	54,2%	40%	1,7%	-	4,1%	100%
Gestão dos prazos de recebimentos de vendas a prazo	45,8%	48,3%	5%	0,9%	-	100%
Controle da inadimplência	35%	45,8%	5,8%	11,7%	1,7%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando em conjunto os dados referentes ao tempo de atividade das empresas da amostra apresentados na subseção 4.1, os resultados da Tabela 1, os dados do SEBRAE (2016) e Santini *et al.* (2015), que abordaram que a falta de gestão do capital de giro é considerada como um dos principais fatores da mortalidade de MPE's com até 2 anos de atividade, podemos sugerir que essa significativa preocupação com a gestão do capital de giro das empresas pesquisadas neste estudo poderia ser um dos fatores que influenciaram em sua maior sobrevivência, tendo em vista que elas possuíam, em sua maioria, acima de cinco anos de atividade.

É relevante destacar ainda que a identificação dessa significativa adoção das técnicas de gerenciamento do capital de giro permite aos gestores obtenção de uma visão mais ampla e precisa da sua situação financeira de curto prazo, possibilitando assim tomada de decisões com mais exatidão e confiabilidade, o que conseqüentemente contribui positivamente para tomada de melhores decisões quanto ao financiamento das necessidades do capital de giro (JORDÃO, 2012).

4.3 Da análise das necessidades de capital de giro

4.3.1. Da utilização de recursos de terceiros para financiamento do capital de giro

Nesta seção serão abordados os fatores relacionados diretamente ao objetivo do estudo proposto, em que serão analisadas as 76 empresas (63,3%) que afirmaram utilizar ou que já utilizaram em algum momento recursos externos para o financiamento das necessidades do seu capital de giro contra 36,7% que afirmaram que não utilizavam e que nunca tinham utilizado recursos de terceiros para o financiamento dessas necessidades.

Referente ao percentual de 36,7%, foi possível constatar que o principal motivo de elas afirmarem não adquirir recursos externos para o financiamento das suas necessidades de capital de giro é que possuem recursos próprios suficientes para manter a normalidade de suas operações cotidianas (100%). Além disso, afirmaram também não utilizar em razão da recessão econômica (15,9%), por acreditarem que obter recursos externos não é vantajoso para a saúde financeira da empresa (15,9%) e por terem receio de se endividar e não conseguir cumprir com as obrigações do empréstimo (15,9%), porém com percentuais bem inferiores ao apontado anteriormente.

Nesse sentido, a explicação para as empresas não utilizarem recursos externos para o financiamento das necessidades de capital de giro, está embasada em pesquisa realizada pelo SEBRAE (2016): falta de conhecimento sobre gestão empresarial e dificuldade de entender o que vem a ser capital externo. Como possuem essa dificuldade, não conseguem diferenciar de qual fonte advêm os tipos de créditos utilizados, o que gera uma insegurança e incerteza em entender o que é e quais são os capitais de terceiros.

Tais resultados também corroboram os resultados do estudo apresentado por Oliveira *et al.* (2009). Em relação aos principais motivos de não adquirir financiamento externo para as necessidades de capital de giro, as MPE's acreditam que as altas taxas de juros, a política econômica do governo e o elevado índice de exigência e burocracia na aquisição do financiamento do capital de giro pelas instituições financeiras prejudicariam seus negócios.

Em relação às empresas foco do estudo, que afirmaram que utilizavam ou que já utilizaram em algum momento recursos externos para o financiamento das suas necessidades de capital de giro, houve um questionamento referente aos tipos de créditos para capital de giro mais utilizados. É possível verificar que 94,7% das empresas afirmaram que os tipos de créditos mais utilizados correspondem à compra a prazo de fornecedores (Tabela 2).

Tabela 2 – Tipos de créditos utilizados pelas MPE's da amostra

Descrição (76 empresas respondentes)	Número de empresas	Número de empresas (em percentual)
Compra a prazo de fornecedores	72	94,7%
Empréstimo de longo prazo	62	81,6%
Empréstimo de curto prazo	58	76,3%
Cartão BNDES	19	25%
Antecipação de recebíveis	16	21,1%
Empréstimos de amigos ou familiares	5	6,6%
Empréstimo de curtíssimo prazo	3	3,9%
Crédito rotativo	3	3,9%
Cheque especial	3	3,9%
Cartão de crédito pessoal	1	1,3%

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo Jordão e Schiozer (2015), compras a prazo possui alguns benefícios tais como baixo risco, taxa de juros menores e pouca burocracia, e isso facilita, beneficia e justifica a maior obtenção desse tipo de crédito pelas MPE's, já que são empresas que, de acordo com Jordão (2012), são consideradas mais suscetíveis a riscos e variações do mercado, o que resulta em grandes dificuldades na aquisição de capital externo, principalmente através das instituições financeiras, devido ao alto nível de burocracia e custos envolvidos.

A Tabela 2 apontou também outros tipos de crédito utilizados como: os empréstimos de longo prazo (81,6%), caracterizados por empréstimos e financiamentos com prazo que excede um ano; os empréstimos de curto prazo (76,3%), representados pelos empréstimos e financiamentos com prazos estabelecidos dentro de um exercício fiscal; o cartão BNDES

(25%); e a antecipação de recebíveis (21,1%), referentes a desconto de duplicatas, cheques e/ou notas promissórias. Além disso, outros tipos de créditos foram citados pelos micro e pequenos empresários pesquisados, porém obtiveram porcentagens pouco significativas, que podem ser observadas na Tabela 2.

4.3.2. Dos motivos da aquisição de recursos de terceiros para financiamento do capital de giro

De acordo com a Tabela 3, pode-se identificar que os principais motivos que levaram as MPE's pesquisadas a adquirir os financiamentos externos de capital de giro foram as necessidades de comprar produtos para estoque (88,2%), pagar despesas operacionais (78,9%), pagar contas atrasadas (40,8%), suprir déficit de caixa (30,3%), pagar salário, 13° salário ou férias dos funcionários (30,3%) e reforma e/ou construção do prédio (28,9%).

Tabela 3 – Motivos para a realização dos financiamentos das necessidades de capital de giro

Descrição (76 empresas respondentes)	Número de empresas	Número de empresas (em percentual)
Compra de produtos para estoque	67	88,2%
Pagar despesas operacionais	60	78,9%
Pagamentos de contas atrasadas	31	40,8%
Suprir déficit de caixa da empresa	23	30,3%
Pagamento de salário, 13° salário ou férias	23	30,3%
Reforma/construção de prédio	22	28,9%
Aumentar o prazo de pagamento dos clientes	8	10,5%
Investimentos em máquinas e equipamentos	7	9,2%
Compra de matéria-prima	4	5,3%
Investimento em mobiliários	2	2,6%
Aumentar a produção dos produtos ou serviços	1	1,3%
Investimento em marketing	1	1,3%
Outras opções	1	1,3%

Fonte: Dados da pesquisa

Tais resultados permitem identificar que se tratam, em sua maioria, de contas relacionadas ao passivo operacional das atividades das empresas. Isso tende a justificar o real surgimento da necessidade de capital de giro apresentado por Seidel e Kume (2003), no qual retrata um passivo operacional menor que o ativo operacional, caracterizado pela incapacidade da empresa em transformar seus ativos em recursos de caixa para o cumprimento das suas obrigações de curto prazo.

Em relação ao resultado elevado sobre compra de produtos para estoques, o principal motivo da aquisição de financiamento externo para as necessidades de capital de giro, entende-se que deve ser um reflexo ao principal tipo de crédito utilizado pelas MPE's (compra a prazo de fornecedores). Como as MPE's pesquisadas afirmaram que o principal crédito utilizado foi a compra a prazo de fornecedores, conseqüentemente pode-se considerar que o motivo de adquirir tal crédito seria para abastecer seus estoques.

4.3.3. Dos fatores considerados na tomada de decisão do financiamento do capital de giro

No que tange ao momento da tomada de decisão do financiamento aqui explorado, indagou-se aos pesquisados qual é a importância de cada fator apresentado para a sua escolha do tipo de financiamento externo de capital de giro a ser utilizado. Conforme pode observar na

Tabela 4, os fatores que obtiveram avaliação significativa de muito importante foram: prazo do empréstimo (96,1%), taxa de juros (94,7%), limites de créditos disponíveis (46,1%) e burocracia (44,7%).

Esses resultados corroboram e justificam os dados apresentados pelas pesquisas realizadas por Rocha (2008), Nascimento (2010), Jordão (2012) e SEBRAE (2014), que encontraram em seus resultados que o prazo do empréstimo realizado, a taxa de juros aplicada, os limites de créditos disponíveis e a burocracia são alguns dos principais fatores que devem ser considerados pelas MPE's nas suas tomadas de decisões quanto ao financiamento externo das necessidades de capital de giro adquiridos.

Tabela 4 – Importância dos fatores na tomada de decisão do financiamento a ser adquirido

Descrição (76 empresas respondentes)	Muito importante	Importante	Indiferente	Pouco importante	Não é importante
Prazo do empréstimo realizado	96,1%	2,6%	0%	0%	1,3%
Taxas de juros aplicadas	94,7%	5,3%	0%	0%	0%
Limites de créditos disponíveis	46,1%	38,2%	13,2%	1,3%	1,3%
Burocracia	44,7%	39,5%	13,2%	1,3%	1,3%
Limite pré-aprovado no banco	23,7%	57,9%	9,2%	6,6%	2,6%
Recessão da economia	22,4%	67,1%	2,6%	5,3%	2,6%
Carência no pagamento da primeira parcela do empréstimo	10,5%	39,5%	43,4%	5,3%	1,3%
Possibilidade de aumentar as vendas	3,9%	6,6%	42,1%	30,3%	17,1%
Rentabilidade atual da empresa	3,9%	10,5%	32,9%	38,2%	14,5%
Nível de endividamento atual	2,6%	30,3%	25%	25%	17,1%
Poder de negociação com o concedente	2,6%	3,9%	57,9%	19,7%	15,8%
Relacionamento com o banco	2,6%	11,8%	61,8%	19,7%	3,9%
Relacionamento com os fornecedores	2,6%	7,9%	61,8%	22,4%	5,3%
Garantias exigidas pelas instituições financeiras	1,3%	30,3%	57,9%	9,2%	1,3%
Possibilidade de dedução fiscal	1,3%	6,6%	31,6%	14,5%	46,1%
Atendimento especializado na agência	0%	8%	62,7%	25,3%	4%

Fonte: Dados da pesquisa

Além disso, ainda de acordo com a Tabela 4, foram identificados como importantes pelas MPE's os fatores: recessão da economia (67,1%), limite pré-aprovado no banco (57,9%) e nível de endividamento atual (30,3%); e como não importantes ou de pouca importância os fatores: possibilidade de dedução fiscal (46,1%) e rentabilidade atual da empresa (38,2%).

As MPE's respondentes, de acordo com os dados analisados, apresentaram também indiferença em relação a alguns fatores (Ver Tabela 4): atendimento especializado na agência (62,7%), relacionamento com o banco (61,8%), relacionamento com os fornecedores (61,8%), poder de negociação com os concedentes (57,9%), garantias exigidas pelas instituições financeiras (57,9%), carência no pagamento da primeira parcela do empréstimo (43,4%) e possibilidade de aumentar as vendas (42,1%).

Quanto aos resultados encontrados sobre rentabilidade atual da empresa e possibilidade de aumentar as vendas, analisando-os mais detalhadamente, 85,6% e 89,5% respectivamente afirmaram ser indiferentes, pouco importante ou não importante considerar tais fatores na tomada de decisões de financiamento das suas necessidades de capital de giro. Esse resultado gera uma considerável preocupação, pois seria adequado tomar como importantes esses



aspectos nessa decisão, porque segundo os autores Matias (2007), Silva (2006) e Assaf Neto (2008) a finalidade da gestão do capital de giro se baseia principalmente na identificação de um balanceamento entre a rentabilidade e a liquidez da empresa, de forma a gerar maior valor para a organização e cumprimento de suas obrigações frente ao financiamento adquirido.

Dessa forma, englobando todos esses elementos analisados, buscou-se identificar se esses financiamentos externos adquiridos para as necessidades de capital de giro tiveram seus propósitos atendidos. A maioria dos respondentes das empresas analisadas (98,7%) afirmou que os seus propósitos foram atendidos. Nesse sentido, esses dados possibilitam entender, portanto, que dentre as 76 empresas analisadas, 75 afirmaram que os objetivos que conduziram à aquisição do financiamento foram cumpridos.

5 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar os financiamentos das necessidades de capital de giro oriundos de fontes externas das MPE's de Ituiutaba-MG, buscando concomitantemente responder questões como: o gestor adota técnicas de gestão do capital de giro? Quais fatores são considerados pelo gestor quando da tomada de decisão sobre o financiamento externo das suas necessidades de capital de giro? A percepção do gestor em relação aos propósitos do financiamento captado foi atendida?

O trabalho mostrou resultados que demonstram a importância do estudo desse tipo de financiamento proposto nesta pesquisa, bem como indicam uma propensão da maioria das MPE's do município em adquirir financiamento externo para o capital de giro em detrimento do capital próprio.

Os resultados referentes aos motivos apresentados pelos micro e pequenos empresários da não aquisição de financiamento externo para as necessidades de capital de giro em consonância com os demais resultados apresentados na análise dos dados, demonstrou que a influência das incertezas que rondam as MPE's no que tange à capacidade de cumprimento com as obrigações do financiamento pode ser um fator determinante dessa não aquisição.

Pôde-se concluir também, de acordo com os resultados apresentados que é mais comum entre as micro e pequenas empresas da amostra adquirir crédito através de fornecedores e de empréstimos de longo e curto prazo para o financiamento das suas necessidades de capital de giro.

Respondendo as perguntas propostas no trabalho, referente à utilização das técnicas de gestão do capital de giro, pôde-se concluir que existe uma expressiva preocupação por parte da maioria das MPE's pesquisadas com a garantia da eficiência das suas finanças de curto prazo.

No que tange aos fatores considerados importantes na tomada de decisão sobre o financiamento a ser adquirido concluiu-se, conforme classificação realizada por Michaelas *et al.* (1998), que os fatores considerados pelas micro e pequenas empresas analisadas são fatores externos à organização, como os aspectos econômicos, políticos e sociais.

Nesse sentido, respondendo a última pergunta proposta no estudo e englobando todos esses elementos analisados, o estudo conclui que a maioria dos respondentes das empresas analisadas afirmaram que os propósitos dos financiamentos externos das necessidades de capital de giro foram atendidos, o que indica uma satisfação positiva por parte dos micro e pequenos empresários com os propósitos dos financiamentos adquiridos.

Portanto, em razão principalmente da identificação de uma falta de conhecimento dos micro e pequenos empresários pesquisados sobre a gestão e, conseqüentemente, o financiamento do capital de giro, os resultados encontrados no estudo reforçam a importância da dedicação à gestão do capital de giro por parte das MPE's, além do planejamento das tomadas de decisões sobre os financiamentos, que deve ser mais bem analisado, com o intuito de possibilitar uma maior sustentabilidade do capital de giro, gerando dessa forma uma

discussão para a abertura de maiores pesquisas relacionadas ao tema, tendo em vista a relevância socioeconômica que as MPE's representam para a economia brasileira.

Referências

ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CARMO, C. R. S.; SANTOS, G. C.; LIMA, I. G. Um estudo sobre a sobrevivência de micro e pequenas empresas mineiras com base em métodos quantitativos aplicados. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v.7, n.3, p-33-48, 2013.

CARVALHO, C. J. de. **Um ensaio em gestão do capital de giro em micro e pequenas empresas**. 2012. 205 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

CARVALHO, C. J. de; SCHIOZER, R. F. Gestão de Capital de Giro: um Estudo Comparativo entre Práticas de Empresas Brasileiras e Britânicas. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p.518-543, ago. 2012.

CARVALHO, C. J. de; SCHIOZER, R. F. Determinantes da Oferta e da Demanda de Créditos Comerciais por Micro, Pequenas e Médias Empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 68, p.208-222, ago. 2015.

CERICATO, D.; DO AMARAL, J. J.; COSTA, A. M. Características do financiamento de capital de giro: estudo dirigido as microempresas do comércio de Passo Fundo (RS). **Revista de Administração**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 117-136, 2013.

COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO. **CNAE versão 2.2** – Subclasses para uso da Administração Pública. 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae_2_2_subclasses/cnae2_2_subclasses.pdf>. Acesso em: 11 de nov.de 2015.

FERREIRA, C. da C. *et al.* Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p.863-884, jun. 2011.

FLEURIET, M.; KEHDY, R.; BLANC, G..**O Modelo Fleuriet: A Dinâmica Financeira das Empresas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M.P. Cooperativismo Agropecuário: Os Desafios do Financiamento das Necessidades Líquidas de Capital de Giro. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 10, p.389-410, maio/jun. 2006.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. Análise Dinâmica do Financiamento das Necessidades líquidas de Capital de giro em Cooperativas Agropecuárias. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 1, n. 9, p.66-77, jan. /jun. 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil: 2001 / IBGE**, Coordenação de Serviços e Comércio. – Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/microempresa2001.pdf>>.
Acesso em: 24 de jun. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de nov.2015.

KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and Money**. 5 ed. New York:
Harbinger Book, 1964.

MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R.; CALLADO, A. L. C. Análise dinâmica e o
financiamento das necessidades de capital de giro das pequenas e médias empresas localizadas
na cidade de João Pessoa, PB: Um estudo exploratório. **Revista de Administração e
Contabilidade da Unisinos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 139-149, mai. /ago. 2006.

MATIAS, A. B. **Finanças corporativas de curto prazo: a gestão do valor do capital de giro**.
1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil: 2013** \ Coordenação
de Simara Maria de Souza Silveira Greco; autores: Mariano Macedo Matos *et al.*- Curitiba:
IBQP, 2013. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/PortalSebrae/Anexos/GEM_2013_Pesquisa_Completa.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MICHAELAS, N.; CHITTENDEN, F.; POUTZIOURIS, P. A model of capital structure
decision making in small firms. **Journal of Small Business and Enterprises Development**.
Vol. 5, nº 6, June, 1989.

NASCIMENTO, H. M. do. **Análise das linhas de financiamento e o custo do capital das
MPE's sergipanas**. 2010. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade
Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

OLIVEIRA, P. E. de; REIS, R. C. B. dos; FRAGA, M. S.; YOSHITAKE, M. Um estudo sobre
a necessidade de capital de giro nas micro e pequenas empresas. **Revista da Micro e Pequena
Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 3, n. 2, p.4-24, maio 2009.

PALOMBINI, N. V. N. **Gestão do Capital de Giro: Impacto sobre a rentabilidade da empresa
e seus determinantes**. 2010. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em
Administração de Empresas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Presbiteriana
Mackenzie, São Paulo, 2010.

PLATAFORMA EMPRESÔMETRO MPE. Disponível em:
<<http://empresometro.cnc.org.br/>>. Acesso em: 01 de mar. 2017.

PRETTO, R. A. **Financiamento de operações e geração de caixa com o ciclo financeiro
negativo e créditos tributários**. 2013. 96 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração de
Empresas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ROCHA, R. de A. O. **A decisão de financiamento empresarial: Aspectos a ponderar**. 2008.
69 f. Monografia (Especialização) - Curso de Licenciatura em Economia e Gestão, Variante
Banca e Seguros, Campus Universitário da Cidade da Praia, Universidade Jean Piaget de Cabo
Verde, Santiago, 2008.

Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista, v.11, n.3 p. 68-85, 2017
ISSN 1982-2537

SANTINI, S.*et al.* Fatores de Mortalidade em Micro e Pequenas Empresas: um estudo na região central do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p.145-169, jan. 2015.

SATO, S. S. **Análise econômico-financeira setorial**: estudo da relação entre liquidez e rentabilidade sob a ótica do modelo dinâmico. Dissertação de mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2007.

SEBRAE. **Critérios e conceitos para classificação de empresas**. 2013. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial>> Acesso em: 23 de ago. 2013.

SEBRAE. **O Financiamento dos Pequenos Negócios no Brasil**. Brasília/DF: SEBRAE, 2014. Disponível em:[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/76ac93f03bc955d91939b0896644c743/\\$File/5138.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/76ac93f03bc955d91939b0896644c743/$File/5138.pdf). Acesso em: 22 out. 2015.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. 2014. Disponível em: <[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal_Sebrae/Estudos_e_Pesquisas/Participação das micro e pequenas empresas.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal_Sebrae/Estudos_e_Pesquisas/Participação_das_micro_e_pequenas_empresas.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2017.

SEBRAE. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa**. 7. ed. São Paulo: Dieese, 2015. 286 p. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal_Sebrae/Anexos/Anuário-do trabalho-na micro-e-pequena empresa-2014.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal_Sebrae/Anexos/Anuário-do_trabalho-na_micro-e-pequena_empresa-2014.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2015.

SEBRAE. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/pc/Downloads/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

SEBRAE. **Financiamento dos Pequenos Negócios**. 2016. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0840ef9d054d15adc34bd614dc2826cd/\\$File/7452.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0840ef9d054d15adc34bd614dc2826cd/$File/7452.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2017.

SEBRAE. **Pequenos negócios evitam agravamento do desemprego no país**. 2017. Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/pequenos-negocios-evitam-agravamento-do-desemprego-no-pais,da558d2cce31a510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

SEIDEL, A.; KUME, R. Contabilização das Variações das Necessidades de Capital de Giro. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 1, n. 31, p.66-77, jan./abr. 2003.

SPC. Serviço de Proteção ao Crédito; CNDL. Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas. **Perfil das micro e pequenas empresas brasileiras**. 2015. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/relatorio_perfil_mpe1.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SILVA, A. B.; NETO, R. J. Perspectiva multiparadigmática nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, W. de M. da. **Um estudo sobre a importância socioeconômica das micro e pequenas empresas do Brasil**. 2012. 28 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

SOUSA, A. de. **Gerência Financeira Para Micro e Pequenas Empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

TRINDADE, M. A. B. *et al.* Gestão do Capital de Giro em Micro e Pequenas Empresas. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 9, n. 1, p.231-250, jan./Dez. 2010.